

Miguel Gonçalves

*Universidade Católica Portuguesa; Faculdade de Filosofia de Braga;
mgoncalves@facfil.ucp.pt*

Da polifonia à argumentação: re-exame de *peu* / *un peu*

1. Marcando diferenças

1.1. Dialogismo e polifonia

Que a teoria da polifonia está estreitamente associada à teoria bakhtiniana do dialogismo é hoje consensualmente aceite, não porque os trabalhos de Ducrot se inspirem directamente nos de Bakhtine, ou porque aquele se *approprie* das noções de dialogismo e polifonia por este também já elaboradas, mas antes porque ambos caminham no mesmo sentido e em prol dum objectivo comum: pôr em causa, contestar e, se possível, substituir a unicidade do sujeito falante.

Todavia, esta sintonia em termos de objectivos (e conseqüentemente, pelo menos em parte, também no tocante a resultados) não significa que não existam, igualmente, diferenças fundamentais.

Como sabemos, as reflexões de Bahktine sobre o discurso e a enunciação não se enquadram propriamente no âmbito da linguística, mas pertencem ao domínio daquilo que ele designa por “translinguística”. Efectivamente, se Bahktine enfatizou, compreensivelmente, sobretudo os problemas atinentes à literatura, em virtude do texto literário ser, segundo ele, o lugar privilegiado do dialogismo, terá descurado, por outro lado, o estabelecimento duma fronteira rigorosa entre estudos linguísticos e estudos literários, porquanto coloca o problema do polilinguismo da linguagem romanesca a partir do plurilinguismo da linguagem e considera que a característica da linguagem romanesca é oferecer sobretudo uma imagem da linguagem e não tanto uma imagem do homem. Caberá, por conseguinte, a Ducrot deslocar tais reflexões para a centro da linguística.

Depois, se é certo que o objectivo de Ducrot é “de contestar – et, si possible, de remplacer – un postulat qui me paraît un préalable (généralement implicite) [...] – l’unicité du sujet parlant” (1984: 171), objectivo também comum a Bakhtine, a teoria polifónica (de Ducrot) propõe-se fazê-lo não só no interior do discurso, mas de igual forma no interior do enunciado.

Finalmente, a definição de enunciação sobre a qual assenta a teoria (polifónica) de Ducrot não faz qualquer referência a uma pessoa física; baseia-se na ideia de que “tout

énoncé signale dans son énonciation la superposition de plusieurs voix” (1984: 183) e que o locutor faz da sua enunciação uma espécie de representação, na acepção teatral do termo, em que a palavra é dada a diferentes personagens – os enunciadores¹.

1.2. De enunciação às palavras do discurso

Se, como o próprio autor indica, a “Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation” constitui uma versão reformulada de dois artigos já escritos – “La notion de sujet parlant”² (1982) e “Polyphonie” (1984a) –, já em 1979 encontramos algumas dessas preocupações no artigo “ÉNONCIATION” do Suplemento da *Encyclopædia Universalis*. Depois, seguem-se “Pragmatique linguistique. Essai d’application: Mais – les allusions à l’énonciation. Délocutifs, performatifs, discours indirect” (1980a), “Analyses pragmatiques” (1980b), *Les Mots du Discours* (1980) e *L’Argumentation dans la Langue* (1983). Tomando como ponto de chegada o título citado em primeiro lugar (*Le Dire et le Dit*), os textos anteriores constituem uma tentativa de clarificação crescente da teoria e, não obstante a sua proximidade desde logo em termos de definição e de delimitação do objecto que propõem para estudo (enunciação), nem por isso deixam de registar importantes diferenças quer na organização global do campo terminológico, quer no estatuto acordado à enunciação.

Cronologicamente, é, pois, em “ÉNONCIATION” que pela primeira vez se expõe a teoria da polifonia, não obstante datar praticamente desse mesmo período, entre outras, a abordagem proposta, sobre o mesmo assunto, em *Les Mots du Discours*. Nesta etapa, a tese essencial da teoria consiste em afirmar a existência de certos enunciados que têm a propriedade de ser polifónicos, ao lado de outros que, obviamente, a não têm. Assim acontece, por exemplo, com os enunciados negativos e interrogativos, enunciados irónicos, enunciados em que entram morfemas como “puisque”, ou em enunciados do tipo “Pierre est venu”. Em definitivo, este distingue-se de todos os restantes, exactamente pelo facto de não ser polifónico. Quer isto dizer que o fenómeno da polifonia, mesmo frequente, apenas é encarado como um caso particular, quiçá excepcional até, e, por conseguinte, ainda distante do reconhecimento que virá a assumir em termos de necessidade. Assim perspectivada, esta teoria da enunciação reporta-se, entre outros casos, às situações em que não há assimilação do enunciador com o locutor (isto é, quando o locutor e o enunciador não coincidem). Mesmo assim, convém ter presente que

Il ne suffit pas [...], pour que l’on puisse parler de polyphonie, qu’il soit question, dans le discours attribué à un locuteur L, d’un discours d’une autre personne L’, car la présence de la parole de L’ dans celle de L peut relever du simple discours rapporté [...].

¹ Veja-se igualmente Ducrot (1989: 9).

Em rigor, podemos ainda indicar mais uma diferença (aliás não menos importante do que as restantes), entre as duas teorias: enquanto o crítico de Dostoievski trabalhou apenas sobre textos (na acepção de “suites d’énoncés”), Ducrot debruça-se antes sobre enunciados isolados ou, dito por outras palavras, sobre os enunciados que constituem tais textos (*id.* 1984: 171).

² O texto deste artigo antes de ser publicado serviu de base a uma exposição feita à École Pratique des Hautes Etudes (vulgo EHESS) tendo circulado sob a forma de *document ronéotypé*.

É altura de chamar a atenção para a importância que a leitura da parte inicial de *Linguistique Générale et Linguistique Française* de Bally teve no esboço da teoria da polifonia. Sobre o assunto veja-se Ducrot (1986 e 1989a: chap. VII).

Je parlerai au contraire d'interprétation polyphonique si l'acte illocutionnaire d'assertion au moyen duquel on caractérise l'énonciation est attribué à un personnage différent du locuteur L [...]. Il ne s'agira donc plus de dire, à propos de L' [quelque chose, c'est-à-dire, il a prévu l'amélioration du temps] [...], mais de présenter l'énonciation comme une assertion de L, énonciateur, de mettre en scène, pour ainsi dire, une pièce de théâtre ou L' [...] joue le rôle d'énonciateur, L s'effaçant derrière L' au sens où Molière s'efface derrière Alceste et le laisse parler (Ducrot, 1980: 44-45).

Caracteriza ainda esta primeira forma da teoria a atribuição de actos ilocutórios aos enunciadores. Preconiza-se que todo o enunciado negativo do tipo “Pierre n'est pas intelligent”, corresponde à realização de dois actos ilocutórios distintos: um consiste na asserção de P por um enunciador E₁; outro é a rejeição desta asserção, recusa atribuída ao enunciador E₂ e, por via de regra, o locutor identifica-se com o enunciador E₂, identificação que E₁ vai buscar a uma personagem diferente do locutor, que tanto pode ser o alocutário como um terceiro elemento.

Entre as dificuldades com que a concepção, assim apresentada, se depara destacaremos as seguintes: a primeira, como o próprio autor admitirá (1984: 204-205),

On voit mal [...] comment l'énonciation pourrait être attribué à un énonciateur alors que ce dernier, à la différence du locuteur, ne se définit pas par rapport à l'occurrence de mots (on ne lui attribue aucune parole, au sens matériel du terme)

e, em simultâneo, manter que a existência dum enunciador faz parte da imagem que o enunciado dá da enunciação. A segunda decorre do facto de, nesta fase, a teoria fazer supor que os actos aos quais alude o sentido do enunciado são os mesmos que são explicitados no léxico da língua, o que equivale a admitir que a linguagem comum constitui uma metalinguagem adequada à sua própria descrição. Depois, não podemos deixar de assinalar uma certa contradição ou incompatibilidade entre a fórmula enunciativa do sentido adoptada³ e a ideia da existência dum certo número de enunciados que têm a propriedade de ser polifónicos. A concepção enunciativa do sentido não deveria ser restringida apenas aos enunciados polifónicos? Em último lugar, abeiramos do esquema proposto em *Les Mots du Discours* para a descrição dos enunciados negativos:

não-P:
E₁: [P]
E₂: opor-se a E₁.

Fazemo-lo tendo em mente aquilo que desde o início tem sido uma preocupação constante no programa de Ducrot: minimizar o aspecto factual. Este aspecto quer dizer que o enunciado diz respeito a uma certa realidade e que em função dela pode ser considerado como verdadeiro ou falso. Trata-se de saber, por conseguinte, se devemos ou podemos exprimir [P] noutros termos que não proposicionais, porque, se não introduzirmos tal possibilidade, o contributo da teoria da polifonia será certamente menos significativo do que se esperava⁴.

³ Isto é, a concepção que supõe que o sentido dum enunciado é uma descrição da sua enunciação.

⁴ Efectivamente, para Fauconnier (1984) ("espaces mentaux") e Martin ("univers de croyance"), E₁ é uma proposição.

Também a expressão “opor-se a” nos suscita algumas dúvidas: ao afirmar que E2 se opõe a P não estaremos a reintroduzir o informativo, o proposicional (E2 = não-P)? E será admissível uma descrição polifónica da negação no âmbito duma concepção informativa do sentido sem evitar a circularidade?

1.3. O dizer e o dito

Particularmente atento às dificuldades que a primeira versão colocava (e certamente também não menos receptivo às críticas mais pertinentes que, entretanto, lhe eram endereçadas), Ducrot vai propor uma segunda forma da teoria da polifonia. Fá-lo, como é sabido, no último capítulo de *Le Dire et le Dit*, sob o título de “Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation”.

Esperamos encontrar aqui, portanto, algumas respostas para os principais problemas já aflorados anteriormente. Efectivamente, se a forma inicial da teoria assenta na tese segundo a qual apenas determinados enunciados têm a propriedade de ser polifónicos, agora tal propriedade deixa de ser exclusiva de alguns para se tornar extensiva a *todos* os enunciados. O locutor dum enunciado deixa de ter a prerrogativa de se exprimir directamente para passar a fazê-lo, *sempre*, por intermédio de enunciadores. Abala-se, desta forma, decisivamente, a ideia clássica que distingue entre enunciados polifónicos e enunciados que não-polifónicos (monológicos), enquanto se guinda, em simultâneo, a polifonia ao estatuto de fenómeno essencial e constante, pois passa a ser um aspecto constitutivo do sentido.

Novidade deve ser considerado também o abandono da atribuição de actos ilocutórios aos enunciadores, em prol de pontos de vista. Agora, é a este nível – entre tais pontos de vista – que a oposição, de que temos falado (por exemplo ao nível dum enunciado declarativo negativo), se efectua:

[...] je ne peux plus attribuer aux énonciateurs un acte illocutoire comme l’affirmation – les énonciateurs n’étant liés à aucune parole. Il me faut donc comprendre A1 et A2, non pas comme des actes, mais comme des points de vue opposés (Ducrot, 1984: 215).

Estes pontos de vista – igualmente designados por “actos de linguagem elementares” – são abstractos e mais simples que os actos designados no léxico (e na língua) através de palavras como “promessa”, “interrogação”, “afirmação”, etc.

1.4. Críticas recorrentes e problemas afins

O facto de Ducrot apresentar a segunda fase da teoria da polifonia ainda como um esboço (“esquisse”), se por um lado o coloca na confortável posição de quem não apresenta “doutrina definitiva” – o que fragiliza, à partida, qualquer prenúncio de crítica mais acérrima –, por outro, não pode fazer esquecer que tal esboço constitui, afinal, a sistematização duma hipótese, cujos primeiros traços remontam já a publicações bem anteriores. Podemos, pois, falar dum tempo de maturação protagonizado pelo próprio autor, que assumiu a reformulação da teoria de forma a colmatar as principais dificuldades que esta, na sua primeira fase, ainda apresentava. Quer isto dizer que as objecções que persistem na segunda etapa resultarão, por certo, da própria complexidade do assunto, pelo que esperar encontrar soluções fáceis deve ser a primeira tentação a evitar.

H. Portine (1988, II: 265), no seu trabalho “sobre as modalidades e a noção de categoria modal” e tendo em vista estabelecer uma comparação entre a polifonia de Ducrot e a de A. Culioli – mesmo que as duas categorias apenas coincidam parcialmente –, discute a necessidade de, admitida em tese, por Ducrot, a existência duma infinidade de enunciadores potenciais ser no entanto necessário garantir um certo “controle” sobre eles, através dum elemento homogeneizante.

Também C. Kerbrat-Orecchioni (1984) debruçando-se sobre as contradições, tece alguns comentários sobre a teoria da polifonia. E, até certo ponto, as suas objecções vão no mesmo sentido das de Portine (será mais correcto afirmar que, eventualmente, este retoma as críticas daquela), pois se, por um lado, a teoria em questão permite resolver um número considerável de casos, por outro, a potencial possibilidade de multiplicação de enunciadores corre o risco de deslocar – sem contudo o equacionar – um problema assaz complexo cujos diversos ângulos convocam outras tantas explicações diversas, que relevam da própria linguagem ou do quadro interaccional.

As críticas que Moeschler, por sua vez, aponta podem ser, em nosso entender, reduzidas a dois tipos: no primeiro, incluiremos aquela que, por comodidade, apelidaremos de “crítica recorrente”; integrarão o segundo, as críticas que, à semelhança das já feitas, podem ser, afinal, partilhadas por outros autores. O que entender, então, por crítica recorrente? Para Moeschler, assim como para a Escola de Genebra (a que pertence), o quadro em que se inscreve a teoria de Ducrot devia ser alargado, de forma a integrar os resultados da análise conversacional. Mais – e esta é que é a crítica verdadeiramente recorrente! – os representantes daquela escola sempre censuraram a Ducrot o facto de este apenas trabalhar sobre o discurso ideal⁵; sugerem, por isso, a combinação dos trabalhos de Ducrot e Anscombe sobre a argumentação e a polifonia com as suas análises conversacionais. Passemos, agora, às críticas do segundo tipo, e que por conseguinte se orientam noutra sentida. Afinando pelo diapasão dos críticos já mencionados também Moeschler & Reboul consideram “comme une difficulté majeure la multiplication des entités théoriques” (1994: 333), que se verifica na análise da auto-ironia pois, para evitar contradizer a análise da própria ironia, exige a divisão do locutor em L e l; para além disso, há ainda o caso dos enunciados irónicos negativos, cuja análise conduz à hipótese de enunciadores de níveis diferentes. Qual será o limite para esses níveis e até que número poderão ir os seres teóricos perante um maior número de fenómenos linguísticos? E como articular esta multiplicação com a análise dos actos de discurso? Que solução aponta para o aspecto referencial dos fenómenos ligados à enunciação? Que papel destina às marcas de enunciação e, em particular, à primeira pessoa na expressão linguística da subjectividade?

⁵ A resposta a esta crítica pode ser pelo menos parcial e implicitamente encontrada em *Les Mots du Discours*, cap. 5: eh bien! *le russe lui a donné cent francs* – o *corpus* aí analisado é constituído a partir da peça de teatro de Labiche, *Le Voyage de M. Perrichon* –, mas dissipará as eventuais dúvidas após a justificação que C. Sirdar-Iskandar, noutra local, dá para a escolha: “C'est que ce genre de discours se rapproche le plus de la communication linguistique ordinaire telle qu'on la retrouve dans le parler usuel”. (cf. secção I da sua tese, *Description Sémantique des Interjections*, 1979, pp. 32-33, a partir da qual foi re-escrito o capítulo *supra* citado, como se informa em rodapé). Se tal *corpus* ainda não corresponde ao “discurso oral espontâneo” de que fala M. Krieger (1991), estará porventura mais distante do tal “discurso ideal” de que fala a Escola de Genebra. E a opção de Sirdar-Iskandar é bem anterior à crítica de Moeschler (1985) e Roulet *et al.* (1985).

A contestação (e até a substituição) do “*préalable*” que Ducrot (1984: 171) afirmava ser o principal objectivo do capítulo consagrado à teoria da polifonia – “l’unicité du sujet parlant” – não corresponde, segundo Moeschler & Reboul (1994: 333), aos primeiros intentos de Ducrot: o que estava verdadeiramente em questão era “rendre compte du hiatus qui sépare la signification de la phrase, entendue au sens traditionnel, du sens de l’énoncé”. Ora, como nada justifica, segundo o autor, que se assinalasse tal discrepância, aquela que parecia ser a motivação mais próxima subjacente à proposta de Ducrot, porque carece de fundamentação, torna-se, portanto, desnecessária, ou seja: em definitivo – e “last but not least” –, Moeschler duvida da própria motivação da análise polifónica.

2. Polifonia e argumentação

Passadas em revista, ainda que de forma sucinta, algumas das soluções preconizadas e introduzidas por Ducrot na última versão polifónica do sentido, e já enumeradas, aqui e além, algumas das suas vantagens, parece-nos oportuno apresentar ainda mais alguns contributos que a polifonia deu à semântica (pragmática) linguística. Neste contexto, assume capital destaque a reformulação que a teoria da polifonia permitiu desde logo à Teoria da Argumentação na Língua.

Apetrechada com este suporte teórico, a Teoria da Argumentação na Língua poderá reformular certas descrições propostas na primeira formulação, e redefinir outros tantos conceitos. Assim, dum ponto de vista descritivo, a interpretação dos enunciados comportará sempre a distinção entre locutor e enunciador. A descrição dum encadeamento concessivo do tipo “*P mais Q*” não indica apenas a oposição entre a operação argumentativa do primeiro segmento (*P*) e a do segundo (*Q*), mas passa a atribuir também cada operação a um enunciador particular. Mais: o enunciado total é imputado a um locutor que se identifica com a ponto de vista do enunciador do segundo segmento. O que acabámos de afirmar pode ser assim exemplificado:

Il fait beau, mais je suis fatigué

p q

E1: p _____ r (r = *il faut faire une promenade*)

E2: q _____ não-r

L2 = E2

Também o abandono da concepção da unicidade do sujeito falante terá inevitáveis repercussões na abordagem de determinados fenómenos linguísticos: distingue-se o locutor dos enunciadores, atribuindo-se ao primeiro a responsabilidade pelo acto de enunciação de que resulta o enunciado e cabendo aos enunciadores a responsabilidade da emissão dos pontos de vista – dão voz aos pontos de vista – veiculados pelos enunciados.

Salientada a centralidade reservada à polifonia na descrição dos morfemas argumentativos, explicitemos agora, de igual modo, que lugar lhe cabe na análise da presuposição. Dizer que “Pierre a cessé de fumer” significa assertar duas coisas: por um lado, que (i) “Pierre fumait”; por outro, que (ii) “Pierre ne fume plus”. A asserção representada por (i) corresponde ao pressuposto; (ii), ao posto – estatuto que só nesta apro-

ximação polifónica vêem reconhecido – e cada uma delas é atribuída a um enunciador. Porém, enquanto na enunciação de (ii) o locutor e o enunciador coincidem, em (i) o enunciador não é apenas o locutor, mas toda “[...] une communauté linguistique qui peut être la vox publica (le ‘on’), ou bien celle que le locuteur forme avec l’allocutaire” (Ducrot, 1980: 40).

Ora, confrontada esta interpretação com a descrição que é feita em *Dire et ne pas Dire* (1972), sobressai, desde logo, esta diferença: nesta é o locutor que é responsável pela realização dos dois actos — pelo acto de pressuposição (atinentes ao pressuposto) e pelo de asserção (relativo ao posto); diversamente, na nova descrição, diz-se que o enunciado

[...] présente deux énonciateurs, E_1 et E_2 , responsables, respectivement, des contenus présupposé et posé. L’énonciateur E_2 est assimilé au locuteur, ce qui permet d’accomplir un acte d’affirmation. Quant à l’énonciateur E_1 , celui selon qui Pierre fumait autrefois, il est assimilé à un certain ON, à une voix collective, à l’intérieur de laquelle le locuteur est lui-même rangé [...]. Ainsi, au niveau des énonciateurs, il n’y a donc pas d’acte de présupposition. Mais l’énoncé sert néanmoins à accomplir cet acte, d’une façon dérivée, dans la mesure où il fait entendre une voix collective dénonçant les erreurs passées de Pierre. La présupposition entraine ainsi dans la même catégorie que les actes de moquerie ou de concession (Ducrot, 1984: 231).

Finalmente, a teoria da polifonia permite o abandono, numa só vez, da teoria clássica da modalidade para quem o sentido do enunciado consiste na atitude (epistémica, afectiva, volitiva, etc.) que o locutor atribui a si mesmo, e da (recente) teoria dos actos ilocutórios, que assimila o sentido a certos actos que o locutor efectua ou declara realizar (ordem, promessa, interrogação, etc.). A que se opõe, então, a teoria da polifonia? Por um lado, rompe com o postulado dum sujeito falante único (o *sentido* para esta teoria é uma descrição da enunciação); por outro, recusa a ideia segundo a qual as nossas enunciações remetem para objectos dos quais elas seriam as descrições.

2.1. Reexame de *peu* / *un peu*: argumentação e polifonia

Passemos a ver, então, as diferenças mais significativas que têm sido introduzidas nos desenvolvimentos da Teoria da Argumentação na Língua em relação ao papel de “*peu*” / “*un peu*”.

Enquanto na versão *standard* da Teoria da Argumentação na Língua (Gonçalves, 2002: 222 e ss) se afirmava que as palavras restringem os encadeamentos argumentativos – e por isso se atribuíam a “*peu*” / “*un peu*” a função de orientar as escalas –, agora acrescenta-se um pormenor essencial: o grau escolhido numa escala é sempre relativo à conclusão visada.

Anteriormente, considerava-se que “*peu*” e “*un peu*” orientavam as conclusões porque implicavam aplicações mais ou menos fortes de *topoi* (Gonçalves, 2002: 232 e ss). São os próprios *topoi* que orientam as escalas e determinam a gradação; não se trata mais de estabelecer uma relação entre dois predicados graduais independentes, mas numa unidade dos dois predicados. Talvez por isso, em rigor, seja mais exacto falarmos antes numa apreensão argumentativa da realidade: utilizar um *topos* num discurso não é mais servir-se numa crença, mas antes representar a realidade a partir dum certo número de discursos que lhe são aplicáveis.

Mas o reexame de “*peu*” / “*un peu*” presta-se ainda para clarificar mais uma alteração ao nível da teoria *standard* da argumentação, ou seja, as relações entre a Teoria da Argumentação na Língua e a polifonia. Fixemo-nos novamente em:

Pierre a peu travaillé

Esquemáticamente, “*peu A*” orienta-se para “menos” mas pressupõe *A* que, por sua vez, se orienta para “mais”. Quer isto dizer que estamos em presença simultânea de duas orientações opostas, que Ducrot tende a explicar através da polifonia: “*peu A*” põe em cena dois enunciadores que irão utilizar as duas formas tópicas dum mesmo *topos*:

E1: +P,+Q

E2: -P,-Q

No enunciado em questão, o locutor aceita E₁ mas identifica-se com E₂, e os encaideamentos serão feitos a partir do lado negativo.

Pensemos, agora, noutra enunciado:

Pierre n'a pas travaillé

Admitindo que continuamos em presença de dois enunciadores, como se posiciona, neste caso, o locutor? É claro que de forma diversa, relativamente a “*Pierre a peu travaillé*”: o locutor continua a identificar-se com E₂, mas, além disso, recusa E₁.

Reexaminado, assim, “*peu*” e “*ne pas*”, constata-se a apresentação, de forma unificada, das diferentes possibilidades da negação. Ocorre-nos, contudo, perguntar: o esquema continuaria válido se em vez deste tipo de negação surgisse uma do tipo “*absolument pas*”, “*pas du tout*”? Mais: assinalaria ele, de forma clara, tais matizes?

Porventura mais do que esboçar um novo esquema, veremos até que ponto será possível otimizar o que temos entre mãos.

2.2. Achegas para uma interpretação

Continuamos a admitir que, ao enunciar “*Pierre a peu travaillé*”, o locutor põe em cena dois enunciadores:

- (i) E₁ que afirma que houve trabalho realizado ou efectuado por Pierre; e um
- (ii) E₂, com o qual o locutor se vai identificar, que afirma um conteúdo semelhante, mas de forma bastante mais atenuada (*faible*).

Admitindo que não nos repugna considerar o trabalho como factor de “*réussite*” (êxito), obteremos o esquema (T: *travail*, R: *réussite*):

E1: +T+R – aplica os *topoi* que constituem a significação de ‘trabalho’ com uma determinada força;

E2: -T - R – aplica os *topoi* que constituem a significação de ‘trabalho’ mas numa forma bastante mais matizada.

O que distingue os dois enunciadores é que enquanto o primeiro aplica a forma tópica positiva, em E₂ trata-se da forma tópica negativa, não significando isto, porém, que cada forma seja aplicada com a mesma força. É isto que tentaremos mostrar nas conclusões possíveis a partir da posição de cada enunciador.

“Pierre a travaillé” corresponde ao ponto de vista de E₁ e orienta-se para a conclusão “il va réussir”, enquanto “Pierre a peu travaillé” corresponderá ao ponto de vista de E₂, com o qual se identifica o locutor, o que não quer dizer que se oriente taxativamente para “il ne va pas réussir”, mas antes para algo como “il aura des problèmes pour réussir”. Retomemos algumas combinações:

- *Est-ce que Pierre a des chances pour son examen?*
- *Oui, il a travaillé.*
- **Non, il a travaillé, mais peu.*
- *Je ne sais pas, il a travaillé, mais peu.*

Questionamos a aceitabilidade de “Non, il a travaillé, mais peu” exactamente pelas mesmas razões que admitimos a combinação “Je ne sais pas...”: rejeitamos aquela réplica porque nos parece excessivo considerar “il a peu travaillé” como um argumento para uma conclusão (taxativa) do tipo liminarmente negativa; ao contrário, a segunda réplica, ao admitir que face à quantidade de trabalho executado não é possível concluir definitivamente sobre os resultados definitivos, integra-se perfeitamente no carácter matizado de “Il a peu travaillé”.

Passemos, entretanto, à negação do tipo: “Pierre n’a pas travaillé”.

À imagem do que dissemos acontecer nos exemplos anteriores, também aqui o locutor volta a servir-se de dois enunciadores:

- E₁ para afirmar que Pierre trabalhou (executou (algum) trabalho); e de
- E₂ para se opor directamente a este ponto de vista.

Tal como também propusemos precedentemente, continuaremos a perspectivizar o trabalho como fonte de êxito (T: travail, R: réussite), o que em termos esquemáticos será representado assim:

E₁: +T +R
E₂: -T -R

Relativamente à interpretação que avançámos para “Pierre a peu travaillé”, aqui a situação é bem diversa: em primeiro lugar, as duas formas tópicas (positiva em E₁; negativa em E₂) são (agora) aplicadas com a mesma força; depois, os pontos de vista dos dois enunciadores orientam-se para conclusões totalmente opostas (“il va réussir” *vs* “il ne va pas réussir”), oposição que atrás se apresentava bastante matizada (“il va réussir” *vs* “il aura des problèmes pour réussir”). O que estamos a dizer pode ser comprovado através das aceitabilidades que se seguem, sob a forma de resposta à pergunta já utilizada no exemplo anterior:

- *Est-ce que Pierre a des chances pour son examen?*
- *Oui, il a travaillé.*
- *Non, il n'a pas travaillé.*
- ** Je ne sais pas, il n'a pas travaillé.*

Note-se que, no tocante às conclusões, “Pierre a travaillé” constituirá um argumento orientado para “il va réussir”, enquanto que “Pierre n’a pas travaillé” se orientará no sentido oposto: “il ne va pas réussir”. Num enunciado com “*ne pas*”, o que E₂ recusa

é o ponto de vista atribuído a E₁. O locutor identificar-se-á sempre com E₂, o que implica que todos os encadeamentos se façam a partir de FT-

- *Est-ce que Pierre a des chances pour son examen?*

PEU

NE PAS

- *Oui, il a travaillé.*

- *Oui, il a travaillé.*

- **Non, il a travaillé, mais peu.*

- *Non, il n'a pas travaillé.*

- *Je ne sais pas, il a travaillé, mais peu.*

- **Je ne sais pas, il n'a pas travaillé.*

Até ao momento, debruçámo-nos sobre enunciados do tipo “Pierre a peu travaillé” e “Pierre n’a pas travaillé”. Continuemos sem perder de vista a negação mas, desta feita, nas chamadas formas negativas reforçadas, ou seja, tal como ocorrem em:

Pierre n'a pas du tout / absolument pas travaillé.

De acordo com a interpretação adoptada, continuamos a preconizar que ao utilizarmos estas expressões, ou seja, como locutor(es), fazemo-lo pondo em *palco* dois enunciadores:

- E₁ encarregado de indicar que houve trabalho por parte de Pierre, e
- E₂ para quem a actividade/atitude de Pierre não merece ser designada por trabalho.

Para tal, os enunciadores recorrem a duas formas tópicas:

E₁: +T +R

E₂: -T - R

À primeira vista, não há, pelo menos aparentemente, qualquer diferença entre o caso em presença e aquilo que foi dito sobre o situação anterior. Todavia, há uma, e verdadeiramente importante: trata-se da forma tópica negativa utilizada por E₂, que é aplicada de forma extremamente forte. Para E₂ – e mesmo que o façamos de forma assaz fraca ou atenuada (*faible*) –, não faz sentido aplicar a noção de trabalho a Pierre, já que em rigor ele não produziu trabalho, o que significa rejeitar liminarmente a noção por inteiro: e se por defeito não faz sentido falar em trabalho, muito menos, por maioria de razão, fará sentido aceitar que, por excesso, seja reconhecido qualquer mérito ao desempenho de Pierre (cf. com: “– Não se trata de ter feito muito ou pouco, porque em rigor ele não fez taxativamente nada!”).

Não se passará exactamente o mesmo quando dizemos de alguém que “il ne connaît pas du tout ce sujet”? Facilmente se verifica que o fazemos de forma eufemística, já que significa exactamente o mesmo que “Il ignore complètement ce sujet”. Aliás, os dois enunciados aceitam o mesmo encadeamento conclusivo, não obstante a presença do verbo “*connaître*”. É que a ideia de ignorância mantém-se e é a partir dela que se processa o encadeamento:

Il ne connaît pas du tout ce sujet ...

... ce n'est pas la peine de lui poser des questions là-dessus

Il ignore complètement ce sujet...

A diferença de força entre “*ne pas*” e “*pas du tout*” sobressai particularmente nos próximos encadeamentos, em que também, respectivamente, intervêm “*même*” e “*mais*”:

- (i) *Pierre ne travaille pas, même pas du tout.*
- (ii) *Pierre ne travaille pas, mais pas du tout!*

Enquanto o locutor do enunciado de (i) – que na pegada aliás dos demais casos considerados, se identifica com E₂ –, faz uma afirmação mas volta de imediato atrás para escolher uma forma mais forte para transmitir o conteúdo, em (ii) estamos perante um caso particular de “*mais*”, conector cujo elemento que introduz tem não só a mesma orientação do primeiro, como ainda constitui um enriquecimento relativamente a ele.

Consequentes com as abordagens propostas, diremos, para concluir, que nos três casos considerados estamos em presença de três graus de rejeição da forma tópica (positiva) utilizada por E₁.

- a) “*peu*” escolhe uma aplicação fraca da forma tópica negativa;
- b) “*ne pas*” selecciona uma aplicação de forma tópica negativa de força igual à da forma positiva.
- c) “*pas du tout*” usa uma aplicação tão forte da forma tópica negativa a ponto de esta deixar de fazer parte do *topos* em questão: seremos obrigados, por isso, a abandoná-la.

BIBLIOGRAFIA

- DUCROT, Oswald (1972), *Dire et ne pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique*, Paris, Herman, Savoir.
- _____ (1979), “Enonciation”, *Suppl. Encyclopædia Universalis*, tome 17, Paris, Encyclopædia Universalis France.
- _____ (1980), *Les Echelles Argumentatives*, Paris, Editions de Minuit.
- _____ (1980a), “Pragmatique linguistique. Essai d’application: Mais – Les allusions à l’énonciation. Délocutifs, performatifs, discours indirect”, in H. Parret (ed.), *Le Langage en Contexte* (“Etudes philosophiques et linguistiques de pragmatique”), Amsterdam-Philadelphia, John Benjamins, pp. 487-575.
- _____ (1980b), “Analyses pragmatiques”, *Communications* 32, Paris, Seuil, pp.11-62.
- _____ (1980c), “La notion de sujet parlant”. Exposé inédit fait à l’Ecole Pratique des Hautes Etudes. Document inédit, ronéotypé, 34 pp.
- _____ (1984), *Le Dire et le Dit*, Paris, Minuit.
- _____ (1984a), “Polyphonie”, *Lalies* 4, pp. 3-30.
- _____ (1986), “Charles Bally et la pragmatique”, *Cahiers Ferdinand Saussure* 40, pp. 13-37.
- _____ (1989), “Topoi et sens”, *Actes du 9.ème Colloque d’Albi*, Université de Toulouse-Le Mirail, pp. 1-22.
- _____ (1990), *Polifonía y Argumentación* (Conferencias del seminario “Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso”), Cali, Colombia, Universidad del Valle.
- _____ (1993), “Les topoi dans la ‘Théorie de l’argumentation dans la langue’”, in Christian Plantin (dir.), *Lieux Communs, Topoi, Stéréotypes, Clichés*, Paris, Kimé, pp. 233-248.
- _____ (1995), “Topoi e formes topiques”, in J.-C. Anscombe (dir.), *Théorie des Topoi* Paris, Kimé, pp. 85-99. [Ducrot 1988]
- _____ (1996), *Slovenian Lectures / Conférences Slovènes: Argumentative Semantics / Sémantique argumentative*, Editor Igor Z. Zagar, Ljubljana.
- DUCROT, O. et al. (1980), *Les Mots du Discours*, Paris, Minuit (1998, última ed.).
- FAUCONNIER, Gilles (1984), *Espaces Mentaux*, Paris, Minuit.
- GONÇALVES, Miguel (2002), *A Interjeição em Português. Contributo para uma análise em semântica discursiva*, Lisboa, FCG/FCT.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1984), “Dire et contredire”, in G. Maurand (ed.), *Argumentation et Valeurs, 5e. Colloque d’Albi*, Toulouse-le-Mirail.
- KRIEGER, Michelle Pitiot (1991), *Répertoire Critique des Indices Lexicaux du Discours en Français Oral Spontané (introduceurs, connecteurs, pontuants, marqueurs de structuration et d’argumentation)*, Thèse de doctorat, Paris.
- MOESCHLER, Jacques (1985), *Argumentation et Conversation. Eléments pour une Analyse Pragmatique du Discours*, Paris, Hatier – Crédif.
- _____ (1996), *Théorie Pragmatique et Pragmatique Conversationnelle*, Paris, Armand Colin.
- MOESCHLER, Jacques e REBOUL, Anne (1994), *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Paris, Seuil.
- ROULET, Eddy et al. (1985), *L’Articulation dans le Discours en Français Contemporain*, Berne, Peter Lang.
- SIRDAR-ISKANDAR, Christine (1979), *Description Sémantique des Interjections*, Cairo, Université du Cairo.